

# O IMPERIALISMO E A RESISTÊNCIA NA ÁFRICA DE 1885 À 1995

José Elberson Galvão Santos<sup>1</sup>

Antonio Minoru Cabral Suzuki<sup>2</sup>

Hermeson Alves de Menezes<sup>3</sup>

História



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

## RESUMO

O que se sabe sobre a África, hoje em dia, é normalmente atribuído a uma visão dos europeus conquistadores. A história dos africanos sofreu influência da historiografia etnocêntrica dos europeus, sendo muitas vezes ignorada a participação dos africanos em sua própria história. A resistência cultural era muito importante para os africanos frente aos esforços dos colonizadores de impedir práticas culturais e o exercício da identidade daqueles povos. Entretanto, movimentos populares cresciam na África ainda no século XIX, lutando contra o domínio colonial. Era uma resposta à Conferência de Berlim, que em 1885, os países europeus estabeleceram a partilha do território africano. Nesse sentido, o presente trabalho consiste numa análise sobre o imperialismo europeu e a resistência dos movimentos de libertação da África num recorte histórico de 1885 a 1995. A pesquisa bibliográfica foi elaborada e analisada por docentes e discente dos cursos de Geografia e História.

## PALAVRAS-CHAVE

Imperialismo. África. Resistência.

## ABSTRACT

What is known about Africa today, it is normally assigned to a vision of the European conquerors. The history of African impacted by ethnocentric historiography of Europe, often ignored the participation of Africans in their own history. The cultural resistance was very important for African front to the efforts of settlers to prevent cultural practices and the exercise of the identity of those people. However, popular movements grew in Africa in the nineteenth century, fighting against colonial rule. Was a response to the Berlin Conference, which in 1885, European countries established the sharing of African territory. In this sense, this paper is an analysis of European imperialism and the African liberation movements of resistance in a historical period from 1885 to 1995. The literature review was prepared and analyzed by teachers and students of the Geography and History courses.

## KEYWORDS

Imperialism. Africa. Resistance.

## 1 INTRODUÇÃO

O que se sabe sobre a África, hoje em dia, é normalmente atribuído a uma visão dos europeus conquistadores. A história dos africanos acaba sofrendo influência da historiografia etnocêntrica dos europeus, sendo muitas vezes ignorada a participação dos africanos em sua própria história. Partindo desse pressuposto, é preciso repensar como essa história foi escrita, sem esquecer que mesmo em meio ao Neocolonialismo, quando os grandes impérios europeus exploraram a África, o povo africano se organizou e resistiu.

Essa resistência ocorria seja por meio de batalhas, bem como por meio da resistência cultural. Essa última era de suma importância para os africanos frente aos esforços dos colonizadores de impedimento de práticas culturais e o exercício da identidade daqueles povos. Ainda assim, muitas mudanças ocorreram: os colonizados passavam a falar a língua dos invasores, a conhecer sua cultura, a educação e os costumes (aculturação). Assim, mantinham o controle e domínio semelhante aos seus departamentos ultramar. Isso facilitava a extração de riquezas e “pacificava” o africano.

A extração das riquezas era o principal objetivo dos projetos de neocolonização. Em meio ao avanço da Revolução Industrial, tornou-se necessário buscar e explorar recursos naturais que não existiam na Europa. A África, que no passado já havia servido como fonte dessas matérias primas, seria novamente requisitada. O impacto desses acontecimentos foi tão grande que até a literatura da época contou sua história, como no livro *O coração das trevas* (1902) do escritor inglês Joseph Conrad. A exploração deste continente seria duradoura.

Entretanto, alguns movimentos populares cresciam na África ainda no século XIX, lutando contra o domínio colonial. Era uma forma de resposta a questões como a Conferência de Berlim (1885), onde os países europeus estabeleceram suas posses territoriais com a partilha do território africano. O poder bélico e político dos Estados europeus facilitou o domínio, que mais tarde viria a ser contestado. Esses estados acreditavam no processo civilizatório dos africanos, desconsiderando sua organização social, costumes, crenças, enfim, sua cultura e territorialidade.

Embora tenha sido bastante tardia, a independência desses países acabaria chegando, mas não sem muito esforço e sequelas. Esses acontecimentos acabariam causando grandes dificuldades ao continente que persistem até os dias atuais, exemplo disso, a visão pessimista sobre a região: miserável e devastada em todos os sentidos. Uma visão que precisa ser modificada a partir da história de luta do próprio povo africano, compreendida como um exercício histórico fundamental. É preciso pensar no passado com os olhos no presente. Isso servirá, também, para desfazer estereótipos construídos pela historiografia, que até então vem contribuindo para reforçá-los, a exemplo do racismo.

Nesse sentido, o presente trabalho consiste numa análise sobre o imperialismo europeu e a resistência dos movimentos de libertação da África num recorte histórico de 1885 a 1995. A pesquisa bibliográfica foi elaborada e analisada por discentes e docentes dos cursos de Geografia e História. Assim, será possível entender que os contrastes encontrados são consequências de fatores históricos distorcidos pela historiografia.

## **2 IMPERIALISMO, CONSEQUÊNCIAS E MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NA ÁFRICA**

No século XIX, por conta das exigências da Revolução Industrial, os países europeus deram início ao “Neocolonialismo” na África e na Ásia, o que significou buscar recursos e matérias-primas para as grandes potências da Europa, retornando para esses continentes séculos após as primeiras colonizações. Para intensificar ainda mais sua dominação e demonstrar o poder que tinham, os Estados europeus se uniram e após a “Conferência de Berlim”, em 1885, estabeleceram a partilha da África, estabelecendo uma nova territorialidade, objetivando impedir que os próprios países entrassem em conflito por terras e recursos. A história da África, desde então, foi elaborada pelos europeus. Uma história eurocêntrica e etnocêntrica que acabou ignorando importantes elementos culturais e históricos dos colonizados.

Por meio de intervenções militares e políticas, países como a Inglaterra, França, Portugal, Alemanha, Itália, dentre outros, repartiram a África em diversas zonas de exploração, de onde extraíam recursos para as indústrias europeias. Esse intenso controle dos territórios africanos ficou conhecido como Imperialismo. Pode-se dizer que é uma etapa avançada do capitalismo industrial, como apresentado pelo revolu-

cionário Bolchevique Lênin, sendo ele um dos responsáveis pela saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial, conflito que teve início graças às crises relativas às disputas territoriais dos países imperialistas. A presença desses países na África provocou uma exploração intensa de seus recursos, modificações nas culturas locais e em suas identidades, pois, para facilitar a colonização era preciso interferir também nestes aspectos. Sendo assim:

O Imperialismo promoveu disputas por fontes de matérias-primas entre trustes e cartéis que, já tendo dominado o mercado interno em seus países de origem, precisavam se expandir para além de suas fronteiras, defrontando-se com cartéis e trustes de países concorrentes. Nesse momento, a classe detentora da produção capitalista passou a rejeitar as fronteiras nacionais como barreira à expansão econômica, transformando o crescimento econômico em expansão territorial. (SILVA; SILVA, 2012, p. 218).

Said (1995) explica que o domínio dos europeus e dos Estados Unidos sobre a África se estendia, também, sobre a cultura dos povos. Como ocorreu com os indígenas na América, foi necessária tentar justificar as ações colonizadoras como sendo uma forma de levar o processo civilizatório a esses povos, pois eram considerados primitivos. Isso provocou uma mudança significativa, como por exemplo, a língua local foi suprimida pelo uso obrigatório da língua do colonizador. Modificou-se, também, a forma de educação dos povos colonizados, com o intuito de desfazer crenças e costumes locais, a fim de facilitar a dominação (SAID, 1995).

Em países como Benin e Angola, por exemplo, se fala respectivamente o francês e o português. A língua faz parte da identidade de um povo, já que historicamente é o elo, comunicação e interação social. Dessa forma, eliminando a identidade dos africanos, era possível torná-los mais fracos e subjugados (HALL, 2011).

No século XIX, quando o Imperialismo era vigente, acreditava-se que os africanos não tinham história, pois eram ausentes de uma tradição escrita, pois apenas usavam a tradição oral para contar sua história, sendo assim difícil de ser registrada (FERRO, 2008). Para o colonizador, um povo considerado sem história era uma justificativa para a dominação.

Algumas correntes científicas do século XIX como o darwinismo social e a eugenia, afirmavam que os negros eram indivíduos naturalmente inferiores e que assim deveriam ser dominados e controlados. Essas correntes científicas racistas ajudaram a provar aos europeus que a África era um continente que deveria ser civilizado, assim como era a Europa (CHALHOUN, 1996). Por isso os colonizadores levaram a cultura do homem branco e seus costumes, sua linguagem, entre outras coisas. Essas ques-

tões já haviam sido usadas anteriormente nas primeiras colonizações da África pelos europeus, séculos antes. A diferença é que naquele tempo a justificativa religiosa era mais forte do que as científicas – corrente criticada até então pela Igreja. Nas duas situações, foi deixada de lado a história já existente daqueles povos.

O “fardo” que o europeu teve que carregar durante a colonização, foi retratado pelo escritor inglês Rudyard Kipling em seu poema intitulado *O fardo do homem branco*. Nele, o escritor descreve como era extremamente necessária a invasão da África e levar a civilidade aos povos desse continente. Os colonizadores levariam ainda a paz, a saúde e o cristianismo. Mas, os africanos recebiam com indolência e acabavam resistindo. Esse fato fez crescer entre os europeus a sensação de que não estavam sendo bem aceitos quando tentavam fazer o bem. Mas o bem para os africanos não era necessariamente as crenças dos homens brancos ou sua cultura, muito menos a forma como os invasores os tratavam. Eles possuíam suas próprias convicções. No século XIX,

[...] as potências europeias recorriam a eles para justificar a interferência nos países que queriam colonizar (“intervenção humanitárias”). Idealmente, a proteção da população deveria ser um dos benefícios colaterais da paz. E, na defesa das liberdades, o uso da força só intervém como último recurso, quando todas as vias pacíficas fracassam. (ROBERT, 2013, p. 12).

Acreditavam – os europeus – que eram o berço da civilização moderna, por isso, obtinham a “missão” civilizatória frente a outros povos. Por esse motivo, é importante questionar a história considerada oficial, uma vez que se deve considerar a visão dos africanos sobre sua própria história. Esse exercício de crítica é um dos principais trabalhos do historiador, pois ele se previne de atender somente uma verdade, ficando sua interpretação incompleta. Como afirma Marc Bloch (2001, p. 89):

Que a palavra das testemunhas não deve ser obrigatoriamente digna de crédito, os mais ingênuos dos policiais sabem bem. Livres, de resto, para nem sempre tirar desse conhecimento teórico o partido que seria preciso. De todo modo, há muito tempo estamos alertados no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos.

Se o foco se restringe à historiografia europeia, a própria história do povo africano permanecerá obscura. É preciso destacar os movimentos que realizam lutas pela emancipação nacional, transformando os povos africanos em agentes de sua própria história. A partir de então, esta deveria ser abordada de dentro para fora, sobre a visão dos colonizados e não mais dos europeus.

Diante desse processo de dominação, surgem movimentos de resistência como forma de contestação à aculturação e exploração impostas pelo colonizador, pois “O capitalismo e a sociedade burguesa transformaram e dominaram o mundo.” (HOBSBAWN, 1995, p. 199). Os movimentos de resistência foram contra esse domínio, apesar de terem se iniciado no século XIX, foi no século XX que esses movimentos ganharam mais força e conseguiram vitórias importantes pela liberdade.

Depois da Segunda Guerra Mundial a Europa estava enfraquecida economicamente e passava por graves crises políticas, o que gerou o enfraquecimento e a incapacidade de dominar as colônias africanas. Portanto, depois de 1945, grupos políticos e milícias africanas se intensificaram e lutaram contra os colonos, tanto do ponto de vista político, como ideológico. É comum que alguns livros denominem esses eventos de “descolonização” Afro-Asiática, mas os movimentos de libertação preferem denominar “emancipação”. Para os movimentos de resistência o termo “descolonização” significa uma saída voluntária dos colonos, quando na verdade, isso teria ocorrido mais pela luta do que simplesmente pelo desejo das potências imperiais europeias (FERRO, 2008). Sendo assim, esse processo busca transformar os colonizados em agentes da sua própria história.

Diante dessa situação, cresceram e se intensificaram os movimentos africanos pela libertação. Surgiram nesse contexto: a Frente da Libertação Nacional na Argélia, o Movimento Popular pela Libertação de Angola e a Frente Nacional de Libertação de Angola, a Frente de Libertação de Moçambique, entre muitos outros. Esses movimentos eram liderados por intelectuais e militares, que muitas vezes acabavam ocupando o poder, conforme os colonizadores deixavam os novos países africanos.

A Argélia conquistou sua independência em 1962. O Congo havia conquistado dois anos antes, em 1960. Angola e Moçambique em meados da década de 1970. É importante destacar que essa independência foi conquistada muitas vezes por forças militares e paramilitares, guerrilhas e grupos políticos considerados marginais. Os conflitos deixaram muitos mortos em meio ao esforço de levar a independência a esses países.

Além do enfraquecimento das nações europeias, após a Segunda Guerra Mundial, outro fator foi fundamental para as lideranças de independência no continente africano. A Guerra Fria polarizou o mundo em diferentes blocos de influência dominados por capitalistas e socialistas, liderados pelos Estados Unidos e União Soviética respectivamente. Alguns movimentos libertários se alinharam a esses polos de influência, o que de fato favoreceu os capitalistas e socialistas, visto que esses países ajudavam os movimentos em troca de um posicionamento favorável ao regime que os fornecia recursos (HOBSBAWN, 1995).

Nem sempre esse processo de independência oportunizava benefícios aos países da África a partir do momento em que eles a alcançavam. Isso por que:

A crise é, antes de tudo, institucional: a “democratização” gerou o pluripartidarismo e certa liberdade de imprensa, mas não o princípio fundamental da alternância de poder. Uma vez no poder, um presidente (às vezes um antigo ditador vagamente convertido, às vezes um respeitável “democrata” festejado pela sociedade internacional) não pretende, de maneira alguma, perde-lo nas urnas. Suas tropas farão o necessário para mantê-lo. A fraude eleitoral é grosseiramente praticada na maior parte dos países – antes, durante, ou depois das eleições. (SARDAN, 2000, p. 11).

Diante desse fato, a institucionalização de uma democracia nos países recém-emancipados não tem sido fácil. Grupos que lutaram pela independência e seus aliados impedem uma democracia plena e geram uma crise interna nos países africanos. Na tentativa de estabelecer o que acreditavam serem Estados ideais esses Revolucionários, muitas vezes, acabavam reprimindo opiniões contrárias aos seus governos, permanecendo no poder por mais tempo do que normalmente deveriam. Para manutenção do poder, utilizam estratégias nada democráticas, como as fraudes eleitorais, uso da força militar, repressão e torturas, chegando a casos de mortes e genocídio.

A importância desses episódios foi retratada em muitos filmes que falam diretamente sobre o Imperialismo e sobre a situação da África. O filme *O Último Rei da Escócia*, lançado em 2006, conta a história de Idi Amim Dada, ditador de Uganda nos anos 1970. Em 2005 foi lançado o filme *O Senhor das Armas*, com uma abordagem bem realista sobre violência existente em territórios africanos controlados por ditadores que usam armas como a principal forma de controlar revoltas.

Os líderes obtinham a ajuda de países externos à África, incluindo alguns países europeus que investiam para auxiliar propostas políticas que fossem próximas de seus interesses. O mesmo que acontecia com as nações africanas que, em meio ao processo de independência, aceitavam ajuda soviética ou estadunidense. De certa forma, mesmo com a emancipação, a dependência econômica e política desses países continuavam nas “mãos” de outras nações.

Apesar dessa questão os esforços para emancipar cada vez mais a África cresceram na década de 1960:

A Conferência de Bandung, em abril de 1955, representou uma reunião internacional sem precedentes, pois pela primeira vez na história moderna um grupo de antigas nações coloniais, outrora sob o jugo europeu, reunia-se para discutir a princípio seus mútuos interesses e, depois, seus pontos de contraste. As superpotências do pós-guerra, Estados Unidos

e União Soviética, foram ignoradas. Nenhuma das nações da Europa ou da América esteve presente, nem sequer as nações latino-americanas, sobre as quais os Estados Unidos vinham mantendo controle político e econômico praticamente total. (LAYER, 1986, p. 2364).

O atual cenário africano parece ser bem diferente do de décadas atrás. Entretanto, as sequelas deixadas nos territórios e no povo são perpétuas. Vale destacar que durante a colonização centenas de etnias foram suprimidas e subjugadas sob as leis dos países colonizadores. Algumas etnias foram prediletas, outras marginalizadas, como é o caso da etnia *Tutsi* – preterida pelas belgas durante a colonização de Ruanda – e a etnia *Hutu* – marginalizada pelos belgas e tutsis. Quando os belgas deixaram o poder, o governo passou a ser regido pela etnia *Hutu*.

Com o poder nas mãos, milícias se formaram e partiram para o massacre aos seus opressores do passado, não os belgas, mas sim os *tutsis*. O próprio exército, também, participou de um dos piores massacres à vida humana do século XX – após o Holocausto. Cerca de um milhão de pessoas foram brutalmente assassinadas. Um conflito que teve sua gênese no momento em que o colonizador uniu e segregou uma das etnias nesse novo território.

Outros episódios merecem destaque aqui, como é o caso do *Apartheid* na África do Sul. Mas devido a sua importância histórica, ou seja, a repercussão da luta nesse país cabe um estudo mais aprofundado de sua gênese e desdobramentos.

Atualmente a África vem tentando se reerguer diante do novo contexto em que o mundo se encontra. Recentemente, alguns países da África Branca (Norte do continente) estiveram envolvidos na chamada “Primavera Árabe”, quando movimentos políticos lutaram pela queda dos regimes autoritários que ainda permaneciam em seus países após suas emancipações. No Egito ocorreu um dos mais intensos movimentos que lutaram pela queda do regime (1981-2011) do ditador Hosni Mubarak (GRESH, 2013). Na Líbia, um dos conflitos mais sangrentos, os rebeldes opositores do Conselho Nacional de Transição (CNT) derrubaram o governo ditatorial (1969-2011) do militar Muammar Abu Minyar al-Gaddafi.

Esses acontecimentos chegaram apenas a uma parte da África, no Norte, onde a presença árabe é maior. Em outros, ainda há uma forte presença de ditadores e governos autoritários que restringem a democracia e as vontades do povo. Isso impede o crescimento econômico. Em alguns casos, a ajuda internacional é desviada, os serviços básicos de saúde, educação, entre outros, são fornecidos por organizações não governamentais (Ongs.). As desigualdades só aumentam. Em outros casos, a ajuda externa surge com outras intenções:

No século XIX, as potências europeias recorriam a eles para justificar a interferência nos países que queriam colonizar (“intervenções humanitárias”). Idealmente, a proteção da população deveria ser um dos benefícios colaterais da paz. E, na defesa das liberdades, o uso da força só intervém como último recurso, quando todas as vias pacíficas fracassam. (ROBERT, 2013, p. 12).

### 3 CONCLUSÃO

Até os dias atuais, a palavra imperialismo é mencionada como referência as potências mundiais, a exemplo dos Estados Unidos. Quando um país possui uma grande influência política e econômica mediante outras nações, o termo é utilizado para classificar esse tipo de relação, muitas vezes sem saber que ele remonta um passado não muito distante, mas utilizado em um diferente contexto.

Por isso é importante pensar as questões do passado tendo em vista o presente, já que muitas vezes nossas sociedades buscam referências em outros tempos para lidar com o agora, o que pode gerar certa confusão. É também importante pensar o passado da África para entender que a atual situação em que alguns países se encontram (crises humanitárias, crises econômicas, crises políticas etc.) não é algo existente desde sempre, mas consequência de ações imperialistas de exploração e servidão. Serve, também, para uma reflexão sobre a necessidade de mudar estereótipos criados, a exemplo do racismo.

Sequelas do imperialismo e das lutas pela emancipação ainda estão registradas em muitos territórios africanos: pobreza, genocídio, etnocídio, governos autoritários, dívidas externas etc. Em alguns casos, governos autoritários levam à revolta do povo. Uma nova emancipação se faz, como no passado, porém, um povo levantasse contra o seu próprio povo. Isso significa que o passado imperialista deixou muitas marcas, que de uma forma ou de outra devem ser apagadas.

Desse modo, é importante que historiadores e educadores trabalhem em conjunto para que cada vez mais, a literatura trabalhe com outras visões sobre a história da África, oportunizando a contribuição histórica desse continente para o mundo. Dessa forma, será possível evitar pré-conceitos criados pela tradição europeia, a exemplo das tradições religiosas africanas, estigmatizadas como pagãs e marginalizadas.

### REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. São Paulo: Zahar, 2001.

FERRO, Marc. **O século XX explicado aos meus filhos**. Tradução de Hortência Santos Lencastre. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

GRESH, Alain. **A revolução egípcia à sobra dos militares.** Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 7, n.73, 2013. p.12.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWN, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914 – 1991.** Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAYER, I. S. A. A conferência de Bandung. In: **Século XX.** São Paulo: Abril, 1986.

MARTIN, André Roberto. A África negra. In: MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricard (Org.). **História do tempo presente.** São Paulo: Contexto, 2007.

ROBERT, Anne - Cécile. Uma preocupante mudança de atitude nas relações internacionais. In: **Le Monde Diplomatique Brasil.** Ano 7, n.75, out. 2013. p.12.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo.** Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

SARDAN, Jean - Pierre Olivier de. Decadência dramática dos Estados africanos. **Le Monde Diplomatique Brasil.** Ano 1, n.1, fev. 2000.

---

**Data do recebimento:** 28 de abril de 2015

**Data da avaliação:** 16 de julho de 2015

**Data de aceite:** 11 de agosto de 2015

---

1. Acadêmico do Curso de História pela Universidade Tiradentes (UNIT)/Sergipe – Campus Centro; Bolsista de Iniciação Científica do Projeto Conflitos e Negociações no pós-abolição: as relações de compadrio e os dados populacionais em Sergipe – Edital PROEXT/PROPESQ (UFPE). E-mail: elbersongalvao@hotmail.com
2. Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior (2007), graduado em Geografia pela Universidade Tiradentes (2006). Docente da Universidade Tiradentes (UNIT). Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano (UNIT)/Sergipe – Campus Farolândia. E-mail: antonio.minoru@icloud.com
3. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), graduado em História. Docente da Universidade Tiradentes (UNIT). Professor convidado no curso de História EAD do CESAD/UFS e coordenador dos núcleos de Produção de Material Didático e de Tecnologia da Informação do CESAD/UFS. Membro do Grupo de Pesquisa Sobre Ensino de História – GPEH/UFS e do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais (UNIT)/Sergipe – Campus Farolândia. E-mail: hermeson\_alves@unit.br